

O NOVO RURAL E AS NOVAS ORGANIZAÇÕES EM VINHEDO

*Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues**

Resumo: A constatação mais relevante quando se olha o mundo rural em Vinhedo hoje é a sua diversidade. O que chama a atenção é que este “mundo rural” está longe de ser algo homogêneo. Ao lado das fazendas e chácaras, em grande medida transformadas em condomínios fechados e chácaras de lazer, ainda existem aquelas que permanecem produtivas. Isto sem considerar que alguns proprietários estão voltando suas atividades para o turismo rural. O que fica claro neste movimento de definição de novas alternativas é que a propriedade se transforma num local de residência. Isto tanto é válido para a família do proprietário como do caseiro, sem considerar as chácaras que são residência permanente ou secundária para a classe média e alta. O aspecto a ser ressaltado aqui é que as mudanças ocorridas no mundo rural de Vinhedo levaram à constituição de novos atores e, conseqüentemente, a reformulações no próprio caráter do associativismo. Neste sentido, o meio rural, além de se revitalizar, torna-se palco de conflito entre atores coletivos diversos. Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais-agricultura x outras atividades, eficiência econômica x preservação ambiental, espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc.

Palavras-chave: associativismo, novo rural, neocorporativismo

1. O ASSOCIATIVISMO E SUA IMPORTÂNCIA

O presente artigo faz parte de uma pesquisa mais abrangente sobre as mudanças no mundo rural em Vinhedo. Trata-se de um subprojeto que integra o projeto temático “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”.

A constatação mais relevante quando se olha o mundo rural em Vinhedo hoje é a sua diversidade. Ou seja, o que chama a atenção é que este “mundo rural” está longe de ser algo homogêneo.

Em primeiro lugar, apesar da tendência bastante nítida de desativação das fazendas e sítios e sua transformação em condomínios fechados e chácaras para

* Professora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas, membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania; e-mail veragraziano@uol.com.br

residência, ainda existem aquelas que se mantêm produtivas. Se atentarmos para os dados do projeto LUPA, da Secretaria da Agricultura/CATI, podemos verificar que o levantamento de 1995/96 detectou 289 unidades de produção agrícola. A produção de hortifrutigranjeiros era significativa nesses estabelecimentos, cuja área média era de vinte e seis hectares. A própria existência de uma Associação de Produtores Rurais ativa e articulada com uma cooperativa demonstra que a produção agrícola continua significativa. Neste sentido, é interessante ressaltar que, ao contrário do que se poderia inicialmente imaginar, a presença do parque temático Hopi Hari no município, estimulou a manutenção dessas propriedades produtivas, à medida que os hortifrutigranjeiros utilizados no parque são fornecidos pela cooperativa.

Em segundo lugar, as próprias chácaras apresentam uma diversidade muito grande. Existem aquelas que produzem hortifrutigranjeiros e nas quais o caseiro mantém um vínculo com o rural no seu sentido mais estrito. Nessa situação ele freqüentemente recebe parte desta produção e não é incomum se identificar como meeiro ou lavrador.

Por outro lado, há outras em que a produção não existe ou no máximo está voltada para o autoconsumo da família. Nesses casos, o caseiro aproxima-se muito do empregado doméstico tradicional.

Há chácaras em condomínios fechados e aquelas fora deles, com características bastante distintas, embora sejam residências principais ou secundárias.

Podem ser encontradas, finalmente, chácaras que sequer têm a finalidade de moradia, nem para o caseiro nem para seu proprietário. São aquelas que são apenas alugadas para festas, finais de semana etc. Nessas situações o caseiro não precisa ter nenhum vínculo com o rural e pode alternar o ser caseiro com um emprego de características urbanas, como ser vigilante em casa noturna.

Além da diversidade de chácaras e caseiros existente em Vinhedo hoje, chama a atenção o momento de transição por que passa seu espaço rural. Se há uma constatação forte nesta pesquisa é a de que o mundo rural de Vinhedo não só tem mudado mas continua mudando e muitos proprietários estão ainda no processo de definir que rumo dar a suas propriedades.

Existe um consenso com relação à dificuldade de se continuar sobrevivendo com o cultivo dos produtos tradicionais na região. O preço da caixa da uva, por exemplo, mantém-se constante há anos, mas o preço de tudo que é necessário para cultivá-la tem se elevado enormemente. Assim, há aqueles que insistem em cultivá-la, outros estão buscando novas opções dentro da própria agricultura – hortifrutigranjeiros basicamente – e outros, ainda, fizeram uma opção pelo turismo.

O que fica claro neste movimento de definição de novas alternativas é que a propriedade se transforma num local de residência. Isto tanto é válido para a família do proprietário como do caseiro. Isso sem considerar as chácaras que são residência permanente ou secundária para as classes média e alta.

Um aspecto interessante a ser ressaltado, pois nos interessa mais de perto aqui, é que as mudanças ocorridas no mundo rural de Vinhedo levaram à constituição de novos atores e, conseqüentemente, a reformulações no próprio caráter do associativismo.

Num primeiro momento, com o processo de industrialização da agricultura, ao lado do transbordamento do mundo urbano no espaço tradicionalmente definido como rural, a agricultura, que antes possuía mercado de trabalho e equilíbrio internos próprios, integrou-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Não é novidade que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agro-industriais”, que agora dão a dinâmica da própria atividade agrícola (Silva, 1999, p. 1-2).

Mas a presença dos complexos agro-industriais, representando uma agropecuária moderna, basicamente produzindo *commodities*, não esgota o mundo rural hoje. Nele está presente um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços, além de um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado (Silva, 1999, p. ix). Em Vinhedo, particularmente, o mundo rural hoje é constituído basicamente destes dois últimos subconjuntos.

Assim, o que está em pauta, de certa forma, é se o referencial neocorporativista, utilizado para trabalhar com as organizações que integram os vários complexos agroindustriais, ainda é suficiente para explicar as transformações nas formas de mediar os interesses na sociedade. Cada vez mais percebe-se que o mundo rural “não é mais uma sociedade distinta, mas um segmento da sociedade mais ampla que o domina” (Wanderley, 2000, p. 129), embora isto não signifique uma uniformização da sociedade.

Em outras palavras, permitirá ainda o referencial neocorporativista ainda permite explicar a atuação e o jogo de interesses deste novo mundo rural, enquanto espaço singular e ator coletivo, principalmente em áreas como Vinhedo, onde a agricultura propriamente dita não é mais a atividade principal?

Partindo da hipótese de que:

o recorte rural/urbano em suas novas e modernas formas, permanece como pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”, é de se imaginar que os atores [rurais se constituam nos] mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais. (Wanderley, 2000, p. 89 e 131).

Isso significa que a atuação dos atores rurais adquire uma nova dimensão. A própria agricultura não tem mais exclusivamente a função de produzir gêneros alimentícios, mas passa a exercer uma multifuncionalidade.

Dela se espera que produza alimentos baratos e em abundância, mas ao mesmo tempo, que leve em conta o meio ambiente, que cuide da paisagem rural, do bem-estar dos animais de criação e da saúde dos consumidores. (Abramovay, 2000, p. 2)

As novas funções que os atores rurais estão tendo que assumir estão em grande medida relacionadas ao caráter público que o espaço rural assume cada vez mais.

Até o final dos anos 1970 era aos agricultores que a sociedade havia delegado a gestão desta parte de seu território, com o objetivo de produzir bem, muito e barato. Com exceção das áreas florestais o uso do espaço submetia-se às necessidades **da agricultura**. Os agricultores então eram os mediadores fundamentais da própria relação entre a sociedade e a natureza. Sua missão central não consistia em preservar bens naturais, culturais, em manter paisagens ou a biodiversidade, mas em garantir o abastecimento de populações ainda traumatizadas pela escassez dos tempos de guerra ... Base da dominação do campo pela produção agrícola, o espaço rural vê hoje sua dimensão ampliada, o que interfere diretamente nos seus modos de uso. Vão surgindo novas formas de relação entre o homem e o território onde as necessidades da produção agrícola são apenas um componente – e cada vez mais importante – na utilização do espaço. (Abramovay, 2000, p. 3)

A longa citação permite avaliar as mudanças ocorridas na agricultura e à complexidade do conjunto de atores que passam a gerir o espaço rural, junto com os agricultores. O desafio, portanto, é que estes devem partilhar com outras categorias sociais um espaço do qual eram até pouco tempo, detentores quase que exclusivos (Abramovay, 2000, p. 13).

Hoje o meio rural encontra-se bastante diversificado e nele coexistem estabelecimentos agropecuários, os vários tipos de residências, as indústrias, serviços, vias de comunicação etc. O meio rural torna-se, assim, atrativo para outras categorias sociais de origem urbana.

Nesse sentido o meio rural, além de se revitalizar, torna-se palco de conflito entre atores coletivos diversos,

Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo, etc. Neste campo de confrontos, três posições principais se enfrentam. Uma primeira, que atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural ... Uma segunda posição associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem espaços de consumo, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto de interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos. Finalmente, uma terceira percepção também situa os espaços rurais como

um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não. (Wanderley, 2000, p. 100).

Essa diversidade de posições resume com clareza a complexidade dos atores que integram o mundo rural hoje.

Retomando as características do associativismo durante o processo de modernização e industrialização da agricultura, desde a desarticulação do complexo rural, o importante é ressaltar que os interesses estavam organizados basicamente através dos complexos agro-industriais. Estes aglutinavam os vários atores que representavam os diversos segmentos em torno de um produto específico: produtores agrícolas, industriais, comerciantes e até mesmo os envolvidos com a pesquisa e extensão, pública ou privada.¹

O importante é que a noção de complexo ganha a dimensão de

resultado histórico de uma concentração de interesses entre instituições públicas e privadas, num determinado nível (ou âmbito) organizacional. Ela nos permite ver os complexos como verdadeiras máquinas de organizar interesses no quadro das relações conflituosas entre segmentos da iniciativa privada e o Estado, priorizando e até mesmo incluindo/excluindo atores que por razões estritamente econômicas deveriam ou não fazer parte de dada estrutura tecnoprodutiva. (Silva, 1996, p. 101-102)

Essa dimensão política cada vez mais acentuada dos CAIs pode ser entendida dentro do quadro de alterações que sofreu o próprio corporativismo:

O corporativismo tradicional tem o ruralismo como ideologia, o unitarismo como estratégia de representação de interesses e, como política, o protecionismo estatal de caráter assistencial-defensivo, em intervenções pontuais, transitórias e de caráter emergencial. O processo de modernização minou a ideologia ruralista; a especialização dos produtores rurais, que acompanhou essa modernização, rompeu o ideal unitário de representação de interesses e enfraqueceu o poder político dos sindicatos patronais em favor das associações de caráter econômico por produto e das cooperativas (Estrada, 1988), e o protecionismo estatal, embora continue defensivo, adquire agora um caráter permanente, pois passa a ser considerado condição *sine qua non* para a integração dos "atomizados" produtores rurais, aos oligopólios que dominam a economia moderna. (Silva, 1996, p. 104)

Em outras palavras, a consolidação dos complexos agro-industriais significou que a agricultura passou a ter um desenvolvimento não mais autônomo, mas sim dependente da dinâmica da indústria.

¹ Embora haja toda uma polêmica sobre quando se deu efetivamente a substituição do complexo rural pelos vários complexos agro-industriais, não se trata de retomá-la aqui. Estamos supondo que esse processo se completou nas décadas de 60/70 com a internalização do DI na agricultura.

Com relação ao associativismo, que é o que nos interessa mais de perto aqui, como passaram a existir dinâmicas específicas a cada complexo, surgiram organizações especializadas por produto, ao lado das já existentes, que se propunham a representar o conjunto dos empresários rurais.

Assim, o corporativismo, principalmente no período entre os anos 70 e início dos anos 90, passou por um momento em que surgiram e se consolidaram as organizações por produto, como forma de se adaptar a uma nova realidade em que a própria política agrícola é cada vez mais pensada para produtos específicos.

A dimensão política dos CAIs fica clara ainda quando se atenta para o fato de que o setor acaba por se constituir em uma das maneiras de “reorganizar” o capitalismo que certamente não é tão desorganizado como aparenta. O setor, além de apresentar conflitos internos, pode estabelecer laços de solidariedade e se constituir na principal base de reestruturação do capitalismo (Schmitter, 1990, p. 30-31). Afinal, os vários complexos agro-industriais são constituídos por estruturas sociais formadas principalmente pelo entrelaçamento de percepções e decisões dos atores.

Resumindo, a partir da consolidação dos CAIs, a agricultura não pode mais ser encarada como algo homogêneo, sem conflitos e isolada do restante da sociedade. As organizações não podem, portanto, mais pretender representar o conjunto de produtores rurais, mas devem representar setores específicos desses. Passa a existir uma tendência para a aglutinação em torno dos interesses de um determinado complexo agro-industrial, embora sem a eliminação dos conflitos no seu interior.

Ressalte-se que a orquestração de interesses através dos complexos atinge um grau tão grande que alguns deles, como o citrícola e o sucro-alcooleiro em São Paulo, além de organizações específicas, estão propondo, no período mais recente, a criação de uma agenda comum para os dois produtos. São, nas palavras de Ademerval Garcia – presidente da poderosa Associação Brasileira de Exportadores de Citrus (ABECITRUS) – setores com várias características semelhantes e interesses em comum (Agrofolha, 16/01/01, p. F1).²

Em resumo, o que se está querendo enfatizar é que estudar o nível setorial significa trabalhar com a hipótese de que o modelo organizativo de articulação de interesses agrários não é único, mas depende da influência de distintos fatores: a natureza social e econômica dos grupos de interesse; o discurso ideológico de cada organização, ou seja, sua base social; o marco institucional onde se desenvolve a ação reivindicativa e a própria tradição cultural ou sócio-política de cada país (Es-trada, 1993, p. 10).

² Ademerval Garcia é convidado a presidir a não menos poderosa ÚNICA, que representa as usinas paulistas. Ele menciona como pontos de interesses comuns entre os dois setores a legislação trabalhista, custos portuários, pedágios e a derrubada das barreiras tarifárias.

Significa, em outras palavras, perceber que o *timing* do desenvolvimento capitalista de cada setor tem um impacto significativo, tanto no papel das instituições como na estratégia dos atores. Significa, enfim, uma maior complexidade no associativismo, cuja lógica é simultaneamente de dispersão/concentração. Dispersão, porque em grande medida são os diferentes complexos agro-industriais que orquestram os interesses, já que existe uma crescente diferenciação dos agricultores em termos de propriedade da terra, tamanho das explorações, tipo de produto, investimentos produtivos e formas de integração ao mercado. Por outro lado, a dispersão pode ser contrabalançada por um movimento de concentração que provoca reações unitárias de caráter defensivo, principalmente em épocas de crise. Nessas ocasiões os agricultores propõem “frentes unitárias” acima de possíveis interesses particulares.

No período recente, o mundo rural passa por novas transformações e inclui novos personagens e interesses que não podem mais ser “orquestrados” dentro do âmbito dos complexos agro-industriais. Se é verdade que os complexos agro-industriais continuam a existir e a atuar como verdadeiras máquinas de organizar interesses, eles não organizam mais a totalidade dos atores que pertencem ao mundo rural hoje.

Além disto, é importante ressaltar que a necessidade anteriormente mencionada de se pensar o desenvolvimento como desenvolvimento local, mais do que desenvolvimento rural ou urbano, não significa que este esteja automaticamente garantido.

Se a busca de uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região, a falta de organização social – principalmente da sociedade civil – tem se mostrado uma barreira forte no sentido de sua concretização. Os espaços locais são revalorizados pela própria globalização como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados: “mas essa organização nem sempre existe a nível local; e quando existe, está restrita àqueles ‘velhos’ atores sociais responsáveis pelo próprio subdesenvolvimento do local” (Silva, 2001, p. 12-13).

Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político, no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

O que podemos perceber é que, também no que diz respeito à questão do associativismo, Vinhedo está passando por um momento de mudanças bastante significativas; ao mesmo tempo em que nesse momento de transição permanecem as organizações típicas do corporativismo, principalmente do neocorporativismo, observa-se um movimento de crescimento da participação da sociedade civil.

Ressalte-se que o crescimento da sociedade civil e de novas organizações como a do Circuito das Frutas, que não se caracterizam mais por representar interesses de classe ou de produtos específicos, não significa um movimento de descorporativização. Descorporativização no sentido de uma crescente pulveriza-

ção de interesses e a constituição de um modelo neoliberal-individualista ou pluralista de ação coletiva. Ao contrário, a constituição desta última associação exigiu uma grande articulação, **inclusive entre os vários municípios**, num processo de concertação típico do neocorporativismo. A sociedade local, assim como a sociedade nacional, continua sendo uma sociedade corporativa, não no sentido tradicional, mas no de que os interesses individuais se mantêm intermediados pelas associações.

Não é demais ressaltar que a questão da organização dos interesses, principalmente neste contexto de globalização, adquire uma importância ainda maior. Uma sociedade organizada é fundamental para a realização de uma proposta de desenvolvimento sustentável:

A falta de vertebração social – especialmente no que diz respeito à sociedade civil – constitui-se num obstáculo tão grave ou até maior que a pobreza da população rural, já que contribui para que esta se perpetue. Isto se põe claramente manifesto em um momento, como o atual, em que a globalização conduziu à revalorização dos espaços locais como arenas de participação social, econômica e política para os grupos de interesses organizados...

O enfoque do desenvolvimento local sustentável dá por suposta a existência de um mínimo de vertebração social nas áreas rurais, que permita aos diversos atores serem os autênticos protagonistas dos processos de transformação dos espaços onde vivem. Por isto, considero pertinente não dar isto por suposto, senão considerar a vertebração social como uma condição necessária para desenvolvimento, isto é, entender o desenvolvimento local sustentável como um processo de desenvolvimento político, no sentido de favorecer uma maior e melhor representação dos diversos atores sociais. (Silva, 2000, p. 1)

Não se pode deixar de atentar que, apesar de um cenário favorável para o desenvolvimento de novas associações em Vinhedo, sua estruturação tem se realizado de maneira bastante lenta. As novas associações ainda se encontram atreladas às antigas, inclusive em termos de espaço físico.

Em outras palavras, há uma certa dificuldade de se permitir uma representação mais plural dos interesses rurais, embora isto esteja começando a ocorrer. “É necessário construir uma nova rede institucional a nível local se quisermos assegurar que os novos sujeitos sociais possam expressar suas necessidades (Silva, 2001, p. 14). Esta nova rede institucional, está em fase embrionária, mesmo porque nos países subdesenvolvidos, devido à fragilidade da organização da sociedade civil, fortalecer a tomada de decisões a nível local e/ou regional não significa, necessariamente, renovação do sistema democrático, no sentido de introduzir um novo equilíbrio na configuração dos Estados-nação.

Mais que isto, a retirada do Estado nesses países tem tido efeitos bastante prejudiciais, em vários aspectos (Silva, 2001, p. 8). Daí a necessidade de que nessa rede institucional suas funções sejam reorientadas, sem que o Estado se retire por completo.

Aqui convém lembrar a necessidade de se preconizarem formas de ação pública capazes de conduzir à formação e à acumulação de capital social.

A natureza da organização estatal (a qualidade de seu corpo técnico e, sobretudo sua capilaridade social) é um dos elementos decisivos para explicar o sucesso ou o fracasso das várias tentativas de empreender ações de desenvolvimento (Veiga, 2001, p. 62).

Ou seja, esta visão de capital social coloca ênfase no aprendizado coletivo dos atores sociais nos quais se pode depositar confiança e dos quais se espera reciprocidade. Aqui acredita-se que os indivíduos são, afinal, capazes de lidar com problemas coletivos.

2. ALGUNS ACHADOS

2.1 A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE LOUVEIRA, VINHEDO E REGIÃO

O interesse por essa Associação deve-se a dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, desde a tese de doutorado vínhamos nos preocupando com as formas de organização da sociedade e da representação de interesses dentro dela. A multiplicidade de conflitos no interior da sociedade civil e entre ela e o Estado acaba por exigir uma intermediação crescente das associações. Ou seja, vínhamos, desde a pesquisa de doutorado, trabalhando com a hipótese de que as associações vêm desempenhando um papel importante enquanto agentes de reestruturação social.

Percebíamos a sociedade cada vez mais organizada, desenvolvendo novas formas de corporativismo. Não mais um corporativismo estatal, baseado em organizações criadas e controladas pelo Estado, mas aquilo que tem sido chamado de neocorporativismo.

Em outras palavras, temos entendido o processo de corporativização como aquele que leva a uma homogeneização das corporações na intermediação social, sendo canalizadas as reivindicações através de organizações e não individualmente (Ortega, 1988, p. 4).

Esse novo corporativismo está sendo pensado, portanto, como uma exigência organizativa originada pela complexidade cada vez maior de uma estrutura social na qual os atores coletivos e o Estado desempenham os papéis principais.

O aumento da diferenciação e da especialização das sociedades leva à necessidade de sua coordenação e organização. Assim, nossa preocupação mais geral tem sido com as organizações coletivas enquanto intermediadoras de interesses e com sua capacidade de obter consensos no nível da esfera pública.

Em segundo lugar, essa associação em particular estaria representando interesses relacionados à nova ruralidade que estamos tentando detectar em Vinhedo. Alguns autores chegam a afirmar que em grande medida um dos temas centrais da

demanda das organizações rurais nas suas mobilizações e no seu confronto com o restante do país é exatamente a defesa da ruralidade. Por trás do discurso de que é necessário recuperar um nível razoável para a atividade agrícola, o que está em jogo é a permanência de um setor rural expressivo.

A demanda por manter uma ruralidade importante segue tendo eco e força em amplos setores da sociedade moderna. Prova disto é a proliferação das chácaras de lazer onde setores de rendas médias e altas, constroem sua habitação, ainda que seja para os finais de semana, sobre a base dos valores da ruralidade. (Gómez, 1997, p. 56-57)

Ruralidade é entendida aqui como uma forma de vida que se fortalece e adquire identidade no seu confronto com a cidade.

É importante nesse sentido ressaltar que a associação nasceu em agosto de 1998, estimulada pelo então Secretário de Comércio, Indústria e Turismo do município. Apesar de a agricultura não ser um setor da sua pasta, era necessário fazer algo por ela. Embora seja bastante comum as organizações da sociedade civil surgirem sob os auspícios do Estado,³ o interessante aqui é que uma Associação de Proprietários Rurais surge com o apoio de uma Secretaria que aparentemente não tem nenhuma relação com a agricultura.

O objetivo inicial era o fornecimento de crédito mais barato aos agricultores,⁴ o que pode ser visualizado na ida freqüente de representantes de bancos às reuniões da associação.

Além deste objetivo mais específico colocado na Assembléia de fundação, o Estatuto da Associação prevê, no seu artigo 4º, um objetivo bem mais geral, qual seja, “a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados”.

Dentro da diversidade que caracteriza o associativismo atual podemos afirmar que a Associação de Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região é uma associação de caráter reivindicativo, embora não sindical. As associações deste tipo caracterizam-se pelos seguintes traços: a) natureza integral do fim que perseguem, quer dizer, defendem o conjunto dos interesses que afetam o coletivo social que representam; b) natureza universalista de sua atividade, ou seja, suas ações não estão dirigidas exclusivamente a seus afiliados, mas sim a todo o coletivo social de referência; c) praticam um discurso de natureza ideológica.

³ Na tese de doutorado isto ficou bastante evidente tanto em associações do setor citrícola como suco canavieiro.

⁴ Grande parte dos dados aqui referidos foram coletados por André Pires, doutorando do IFCH/UNICAMP que participa do “Grupo de Vinhedo” e se encontram em seu relatório de pesquisa enviado à FAPESP em outubro de 2000. Temos tentado refletir sobre a atuação das associações a partir de um referencial neocorporativista e acrescentando mais recentemente a sua relação com o conceito de capital social.

As associações de caráter não-reivindicativo, por outro lado, de caráter mais estritamente econômico, caracterizam-se: a) pelo caráter não integral do fim que perseguem, ou seja, centram-se na defesa de limitados e explícitos interesses; b) pela natureza exclusivista de suas ações, que estão dirigidas exclusivamente a seus afiliados e não a todos os membros daquela base social; c) o seu discurso é de natureza não necessariamente ideológica.⁵

Como várias associações de caráter reivindicativo, a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região teve dificuldades para sobreviver após o impulso inicial dado pelo poder público. As características peculiares dessas associações colocam-nas em uma situação contraditória. Por um lado, o exercício eficaz de sua ação reivindicativa lhes exige contar com bases de apoio numerosas e coesas, que lhes sejam fontes de recursos, tanto econômicos como de outro tipo (capacidade de mobilização, forte expressão de protesto etc.); por outro lado, a natureza dos objetivos que perseguem e sua vontade de generalização não são meios eficazes para estimular a filiação dos agricultores (Estrada, s.d., p. 8). Afinal, qualquer um pode usufruir dos benefícios das conquistas da Associação, independentemente de estar filiado a ela, naquilo que tem sido denominado efeito *free-rider* por alguns autores.

Assim, muitas vezes o fato de ter o monopólio da representação não é suficiente para garantir uma adesão mais significativa. Em outras palavras, o simples fato de ser o representante “oficial” garante a legalidade, mas não necessariamente a legitimidade, importante para a continuidade de uma associação.

De qualquer forma, o importante, então, passa a ser explicar porque as pessoas participam dessas associações que fornecem bens públicos, apesar do efeito *free-rider*.

No Brasil, não podemos esquecer, a ação coletiva tem freqüentemente sido transformada em um direito outorgado pelo Estado. Em troca desse reconhecimento, as associações adquirem o direito da participação nas decisões relativas aos seus interesses (Costa, 1991, p. 121). Isto significa que estes grupos desfrutam muitas vezes da legalidade, mas não da legitimidade, que implica mútuo reconhecimento, enquanto ator coletivo, e autonomia, enquanto ator social. A passagem do nível da legalidade para o da legitimidade é o que tem se constituído num grande obstáculo para as associações de caráter reivindicativo, como a Associação de Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região.

Resumindo, para que o reconhecimento como interlocutores tenha um efeito direto sobre as estratégias de ação coletiva das organizações, tal reconhecimento deve vir acompanhado de motivos reais para participação nas instituições e de convencimento de que dita participação pode ser eficaz para a defesa dos interesses dos agricultores (Estrada, 1992, p. 173).

⁵ Na verdade trata-se de uma tipologia que, construída com base em tipos ideais no sentido weberiano, pretende ordenar a diversidade associativa. Assim, não pode ser encontrada de forma pura na realidade, como ficará claro nesta Associação específica.

A Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região foi fundada em 25 de agosto de 1998, com trinta e sete sócios fundadores; entretanto, em maio de 2000, vinte e três membros já haviam abandonado a associação. Isto significa que muitos dos associados apenas assinaram a ata de fundação não participando da diretoria ou sequer contribuindo com o pagamento das mensalidades, de apenas R\$ 20,00.⁶

O próprio registro do Estatuto da Associação foi adiado pela dificuldade de se coletarem assinaturas. Na Ata da segunda reunião da Diretoria da Associação, realizada em 2 de fevereiro de 1999, pode-se ler que “a reunião deu início com o assunto sobre o Estatuto onde foi anunciado a falta de quatro assinaturas para que seja registrado”.

Assim, é importante ressaltar que apesar de a Associação ter conseguido novos membros, tem tido dificuldade em mantê-los. O grande problema é manter um quadro estável de associados.

Tem havido ainda uma certa dificuldade de manter a própria diretoria. Na sexta reunião, realizada no início de maio de 1999, o vice-presidente e um representante do Conselho Fiscal pediram demissão. A demissão do primeiro foi aceita de imediato e a do segundo posteriormente. Embora o membro do Conselho Fiscal tenha sido substituído, a Associação ficou sem vice-presidente.

Muitas vezes as associações estimulam a filiação oferecendo incentivos diretos e específicos tais como serviços de assessoramento técnico e jurídico, venda de insumos mais baratos, comercialização de alguns produtos etc. (Estrada, s.d., p. :9).

A Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região tem tentado enfrentar o efeito *free-rider* exatamente por este caminho. Tanto é assim que em um primeiro momento a atuação da Associação limitou-se a conseguir convênios com firmas de produtos agrícolas na região visando descontos aos associados e a obter insumos e empréstimos mais baratos. Esta fase inicial foi até fevereiro de 1999 aproximadamente, quando o interesse maior passa a ser o Convênio com o Parque Temático Hopi Hari (Pires, 2001, anexo 5) .

A necessidade de se estimular a filiação tem sido uma preocupação constante do Boletim Informativo da Associação. A necessidade de evitar o efeito *free-rider* fica especialmente clara no Boletim Informativo da Associação, n. 7, ago./set. 2000, cujo editorial intitula-se *Alguns Motivos Para Ser Associado*. Nele são apontadas treze razões para a filiação, tanto de natureza econômico-financeira quanto de natureza político-representativa.

Entre as razões de caráter mais político foram apontadas as seguintes: a Associação é um órgão legítimo de representação dos agricultores e, quanto mais associados, maior será a força da entidade, tanto econômica-administrativa como

⁶ Isto levou a Associação a decidir, já em sua segunda reunião, eliminar os membros que deixassem de pagar três mensalidades seguidas. Grande parte das associações que temos pesquisado já incorporam itens desta natureza em seu próprio estatuto.

política. Além disto, estando associado é muito mais fácil solucionar problemas com órgãos públicos e fornecedores.

Do ponto de vista mais estritamente econômico foram elencados os seguintes motivos: a Associação possuía diversos convênios com empresas para reduzir o custo da produção;⁷ o produtor teria mais uma alternativa para vender e divulgar seus produtos; o produtor poderia reduzir seus custos adquirindo defensivos a um preço menor e ainda participar da Feira do Produtor e da Festa da Uva de Vinhedo sem nenhum custo. Até mesmo a facilidade para resolver problemas com cheques sem fundo foi levantada como um motivo para ser associado.⁸

A necessidade de atrair novos associados faz ainda com que haja uma constante divulgação das conquistas da Associação. O Boletim Informativo 05 ressalta que:

várias foram as solicitações atendidas pelos políticos e pelo poder público. Quando um associado se identifica como sendo membro da Associação e da Cooperativa, há de certa forma, uma facilitação em conseguir um pedido... A imprensa em geral já nos tem como referencial para a agricultura. Quando realizamos um evento, não mais encontramos dificuldade para atrair jornais, redes de televisão ou até mesmo autoridades... Politicamente, somos reconhecidos como uma referência para a Agricultura de nossa região. Prova maior disso foram as conquistas que tivemos no que diz respeito às solicitações atendidas junto aos órgãos oficiais, o impulso que vem tomando o agronegócio no nosso campo de atuação e, mais recentemente, a indicação de um representante de nossas entidades para assumir a presidência do Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas. Além disso... o auxílio, a sustentação e os serviços prestados aos associados estão gradativamente sendo ampliados.

A longa citação permite-nos atentar ainda para um aspecto que já havíamos enfatizado na tese de doutorado: os objetivos de caráter mais estritamente político de algumas associações, algumas delas elegendo seus diretores como deputados estaduais. A diferença aqui é que o objetivo é o envolvimento no jogo político local.

Um outro ponto interessante a ser enfatizado é que a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região se propõe a representar os interesses do conjunto dos proprietários da região, independentemente do tipo de produto. Em pesquisas anteriores havíamos detectado que quanto mais complexas e diversificadas se tornavam as estruturas da indústria e da agricultura, menos representatividade passavam a ter as organizações de caráter mais geral. A representati-

⁷ No mesmo Boletim Informativo segue uma relação das empresas com as quais a Associação firmou convênio e uma observação de que a Associação estaria trabalhando no sentido de ampliar o número de convênios.

⁸ No quinto motivo é mencionado que caso tenha dúvidas ao receber um cheque, o associado vai dispor de convênio com o SERASA segundo o qual no mesmo momento será realizada a confirmação da idoneidade do comprador. Pelo convênio o associado tem direito a cinco consultas por mês a um custo de R\$ 45,00. Normalmente o valor da consulta no SERASA é de R\$ 8,76.

vidade dessas organizações tornava-se meramente formal, enquanto as diversas organizações especializadas por produto passavam a deter o poder real.

Em outras palavras, percebia-se que ficava cada vez mais difícil restringir o associativismo às organizações que se proponham a representar o conjunto dos empresários rurais à medida que ocorria um deslocamento tanto da dinâmica do capitalismo como da ação associativa para ramos e setores.

Percebia-se que o associativismo na agricultura obedecia a uma lógica de dispersão/concentração. A crescente diferenciação dos agricultores em termos de propriedade da terra, tamanho das explorações, tipo de produto, investimentos produtivos e diversas formas de integração ao mercado levava à dispersão da ação coletiva. Por outro lado, a dispersão poderia ser contrabalançada por um movimento de concentração que provoca reações unitárias de caráter defensivo, principalmente em épocas de crise. Nessas ocasiões propõe-se “frentes unitárias” acima das possíveis diferenças que possam existir entre seus interesses particulares. Neste sentido, as organizações que representam os agricultores em geral não chegam a desaparecer, apesar do surgimento de um grande número de organizações específicas por produto.

Com relação à realidade específica da agricultura em Vinhedo, é preciso enfatizar, em primeiro lugar, que o seu grau de diferenciação não é tão acentuado como em outras regiões do Estado. Mais que isso, não existem aí os complexos agro-industriais que “orquestram” os interesses em torno de uma cultura específica, a exemplo das regiões onde predominam a citricultura e o cultivo da cana-de-açúcar.

Nesse sentido, é possível detectar na própria debilidade da agricultura de Vinhedo a existência de uma Associação que se propõe a representar os agricultores em geral. Não existe uma diversidade de interesses por produto suficientemente forte para justificar a existência de organizações específicas por produto.

De qualquer maneira, é importante ressaltar que, embora represente um conjunto de agricultores, sem a especialização num único produto, a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região representa uma região específica. Assim, pode-se afirmar que a especialização não está num produto, mas numa região. Nesse sentido voltamos a enfatizar algo que a economia local ou regional seria o campo de observação mais fértil para a apreensão de processos que têm imposto transformações nas áreas urbanas e rurais. Em outras palavras, a economia local ou regional torna-se um nível de agregação espacial capaz de permitir uma melhor observação dos processos em curso nas áreas rurais (Cardoso, 1998, p. 70).

Mais que isto, a possibilidade de convênio com o Parque estimula a formação de comissões dentro da Associação, algumas delas já não voltadas para a agricultura especificamente: Comissão de Vendas, de Embalagens, de Compras, de Extensão de Técnicas Agrícolas. Ressalte-se que não se constitui nenhuma comissão específica por produto.

Um ponto interessante a ser enfatizado ainda é que a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região ocupa uma sala junto ao Sindicato Rural de Vinhedo. Embora tenha algumas divergências com o Sindicato, isto significa que a Associação é uma estrutura paralela que complementa a sua atuação. Não é novidade que a representatividade dos Sindicatos tem sido bastante comprometida pela sua estrutura pesada e atrelada ao Estado.

Assim, a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região possui um objetivo bastante semelhante aos das associações por produto analisadas na tese de doutorado: representar não apenas formal mas efetivamente uma parcela dos produtores rurais. No primeiro caso, representar os produtores de uma determinada região. No segundo, aqueles vinculados a um produto específico. Nas duas situações a justificativa é a ineficiência, a lentidão, o formalismo da estrutura sindical, levando ao aparecimento de associações que se constituem enquanto sociedades civis, à margem dos Sindicatos.

Para finalizar, é interessante refletirmos sobre o discurso desenvolvido pela Associação. Um primeiro tipo de discurso tem sido denominado de **empresarial**. Este discurso vem sendo elaborado sobre uma nova concepção da unidade do mundo agrícola, baseada na exploração moderna e viável, entendida como uma empresa que deve buscar o máximo de rentabilidade econômica:

Para este discurso, as diferenças entre os agricultores em função do tamanho ou orientação produtiva de suas explorações seriam unificadas pela característica comum de serem empresários em busca do maior benefício para as suas empresas. A política agrária deveria ser, segundo o discurso empresarial, uma política orientada fundamentalmente para a regulação dos mercados e para incentivar a participação dos agricultores, associados ou individualmente, no processo de comercialização e transformação dos produtos agrícolas. (Estrada, 1989, p. 171)

Em contrapartida a este discurso que enfatiza a unidade empresarial na agricultura, desenvolveu-se um discurso anticorporativista:

baseado em uma concepção "dual" do mundo agrícola. Este discurso ...rompe com a hipotética unidade dos agricultores e proclama o caráter classista da estrutura social agrária; quer dizer eleva a princípio axial a diferenciação dos agricultores em razão do tamanho de suas explorações, e sobre esta base constrói uma filosofia reivindicativa para os agricultores familiares diferenciada claramente daquela dos empresários agrícolas situados na posição de empregadores de mão de obra assalariada. Para este discurso, a unidade do mundo agrícola é uma falácia que esconde profundas diferenças entre os agricultores, já que enquanto o grande agricultor concebe sua exploração como uma empresa que deve se rentabilizar ao máximo, de acordo com o capital invertido, para o agricultor familiar sua exploração é fundamentalmente um modo de vida e um instrumento de trabalho de cuja utilização uma remuneração similar ao salário do trabalhador industrial. (Estrada, 1989, p. 172)

Este discurso tem sido chamado **de classe**.

Até o momento o discurso da Associação dos Produtores de Louveira, Vinhedo e Região parece ter características do discurso empresarial. Existe, entretanto, uma diversidade de agricultores bastante grande no seu interior. Este será, portanto, um ponto que continuaremos a investigar no prosseguimento da pesquisa.

Mais que isto, com as mudanças ocorridas no mundo rural, é preciso pensar este discurso a partir da reação dos vários atores a estas mudanças, ou seja, das várias respostas que dão. Ou seja, torna-se necessário construir este discurso a partir de outras dimensões que não eram relevantes anteriormente.

2.2 A COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE LOUVEIRA, VINHEDO E REGIÃO – COPERFRUTI

Num primeiro momento a atuação da Associação teve características de uma entidade reivindicativa com uma atuação bastante tradicional, restringindo-se a firmar convênios com lojas de produtos agrícolas, patrocinar palestras com técnicos, conseguir para os associados financiamentos bancários etc. No início de 1999 esse tipo de atuação alterou-se bastante com a possibilidade de venda de produtos agrícolas para o parque temático Hopi Hari.⁹

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a possibilidade de vender produtos para o Parque só é possível para os associados, estimulando assim a entrada de novos membros e diminuindo o efeito *free-rider* anteriormente mencionado.

Em outras palavras, como outras associações congêneres, a Associação de Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região teve necessidade:

de complementar a atividade reivindicativa que lhes é própria com outras atividades dirigidas exclusivamente aos agricultores que se afiliam a elas. Deste fato nasce o desenvolvimento de atividades por parte das associações sindicais que invadem áreas que não são suas, senão que correspondem a formas associativas de caráter econômico, como por exemplo as cooperativas. (Estrada, s.d., p. 6)

Em segundo lugar, a Cooperativa foi fundada em novembro de 1999, em grande medida para viabilizar o convênio com o Parque, já que não seria possível à Associação emitir notas fiscais.

As cooperativas, associações de caráter econômico, destacam-se pelo caráter exclusivista do fim que perseguem. Em outras palavras, têm por finalidade principal a defesa de interesses particulares de seus associados. Mais que isto, os resultados da ação que desenvolvem beneficiam ou prejudicam diretamente seus associados, não atingindo diretamente aqueles indivíduos não integrados a elas.

⁹ Na verdade, a possibilidade só ocorreu porque o Parque, para conseguir se instalar, foi obrigado a realizar acordo judicial pelo qual se comprometia a comprar parte de sua demanda de produtos agrícolas dos produtores da região.

Em terceiro lugar, as associações de caráter econômico não levam uma mensagem de caráter ideológico. Seu discurso é simplesmente o de defesa dos interesses particulares daqueles que optam por associar-se a elas. Neste sentido, dentro das cooperativas existe normalmente a coexistência de sócios de diferentes ideologias políticas ou religiosas.

De qualquer maneira, é interessante destacar que existe uma complementaridade entre as formas econômicas e reivindicativas de associativismo agrário. Assim, não é de se estranhar que a Associação de Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região tenha estimulado o surgimento da Coperfruti.

Ao lado da função reivindicativa e de representação de interesses, as associações que têm como objetivo a defesa e interesses gerais cumprem também uma função importante como elemento dinamizador de outras formas associativas (Estrada, s.d., p. 13).

Assim, é importante ressaltar que, de um lado, a Cooperativa e a possibilidade de venda de produtos para o Parque significam uma alternativa de aumentar os recursos da Associação e, de outro, aumentam sua legitimidade como representante dos proprietários agrícolas da região (Pires, 2001, p. 4).

A Cooperativa foi constituída formalmente em 18 de novembro de 1999, embora a decisão para a sua constituição já tivesse sido tomada na décima reunião da Associação, realizada no início de setembro. Sua regularização jurídica, entretanto, só aconteceu em final de outubro de 2000 e apenas em final de janeiro de 2001 é que recebeu o certificado de membro da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP).¹⁰

A implantação da Cooperativa, entretanto, não tem sido tão tranqüila como se imaginava. A venda de produtos para o Parque enfrenta alguns obstáculos.

Em primeiro lugar, o Parque não só especifica os produtos, como impõe critérios de qualidade, de embalagem, de transporte etc. Isto significa que apenas os associados que conseguirem atingir este padrão de qualidade poderão vender para o Parque.

Além disto, o Parque necessita de alguns poucos produtos em grande quantidade. Ou seja, a Cooperativa enfrenta problemas para suprir a demanda do Parque, já que alguns destes produtos não são produzidos pelos associados no volume requerido.

A pesquisa de campo levantou que um dos associados está, provisoriamente, comprando grande parte dos produtos no Ceasa de São Paulo para que a Associação possa atender aos pedidos do Parque. A possibilidade da compra de uma pedra no Ceasa de Campinas, que poderia resolver o problema de uma maneira mais definitiva, tem gerado polêmica entre os associados. Além do custo da pedra,

¹⁰ Na realidade foi apenas no Boletim Informativo número 8, de janeiro de 2001 que encontramos a notícia de que a documentação da Cooperativa estava totalmente completa, inclusive os registros municipais e talão de nota fiscal.

haveria necessidade de alguém que tivesse disponibilidade para se dedicar às tarefas que tal atividade exige. Além disto, há uma certa restrição pelo fato de este vínculo com o Ceasa significar a presença de intermediários no processo de comercialização.

A Cooperativa fornece também para a merenda escolar de Vinhedo. Ganhou concorrência pública para fornecer a totalidade dos produtos, com exceção dos cereais. De qualquer maneira, o crescimento dessas vendas não tem estimulado o aumento da produção de hortifrutigranjeiros nesse primeiro momento.

Percebe-se, ainda, que está havendo uma certa dificuldade em se consolidar a Associação e a Cooperativa simultaneamente, embora a criação das duas tenha sido necessária.

2.3 A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DO CIRCUITO DAS FRUTAS

No final de 2000 surge uma terceira associação: a Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas. Acompanhar a atuação desta Associação vai ser bastante interessante porque esta parece ter o caráter de uma associação específica, à semelhança das associações por produto.

Essa Associação tem como objetivo incentivar e promover a atividade turística no meio rural; auxiliar e apoiar, de maneira técnica e prática, os associados de diferentes segmentos interessados em investir na atividade turística; conseguir maior representatividade junto aos órgãos públicos e privados no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo, assim, as atividades no meio rural, através de incentivos e programas específicos; integrar as áreas rurais com interesse turístico, representadas por seus respectivos proprietários e interessados aos circuitos de visitação formados pelos seguintes municípios: Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Valinhos e Vinhedo.

Segundo entrevista com uma assessora da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Vinhedo, a origem da Associação esteve na preocupação do Sindicato Rural e da Prefeitura de Jundiaí com o que o produtor rural iria fazer numa realidade de queda dos preços dos produtos tradicionais da região.

A partir dessa preocupação, Sindicato Rural e Prefeitura realizaram um seminário sobre Turismo Rural em Jundiaí, onde foi amadurecida a idéia de um Circuito das Frutas.

Ressalte-se que mais uma vez existe um forte estímulo do poder público e só posteriormente a atuação passa a ser mais autônoma.

Em 10 de outubro de 2000 formalizou-se a Associação de Turismo Rural e Circuito das Frutas, na cidade de Louveira. Foi portanto necessário um período de cerca de cinco meses para o amadurecimento da Associação.¹¹

¹¹ Na realidade, ainda em 1999, a prefeitura de Vinhedo fez um cadastro dos proprietários interessados em investir no turismo rural. Tinham a idéia de que a prefeitura iria desenvolver o projeto para eles.

Trata-se de uma sociedade civil, sem fim lucrativos, sem cunho político partidário, social ou religioso, com autonomia e personalidade jurídica própria, segundo o artigo primeiro do seu estatuto.

Um dos obstáculos já detectados para a atuação dessa nova Associação é o grande número de municípios que participam, tornando bastante complexa a compatibilização dos diversos interesses, inclusive de natureza política.

Um segundo é que ainda existe uma expectativa muito grande no sentido de que o poder público continue a se responsabilizar pelas iniciativas. Em grande parte, o fato de o SEBRAE ter oferecido um curso no primeiro semestre de 2000 durante o Seminário sobre Turismo Rural mencionado anteriormente estimulou essa visão. O curso trouxe um conjunto muito grande de informações e acabou gerando a expectativa de que o setor público se tornaria responsável pela implantação das novas atividades.

Na eleição do primeiro mandato que deveria ser de seis meses e acabou sendo renovado, a própria assessora da Secretaria de Turismo assumiu a vice-presidência, confirmando a necessidade desse impulso inicial do poder público para a constituição da Associação. O presidente é ligado ao setor de transporte. É interessante ressaltar que o Estatuto da Associação menciona em seu capítulo sobre os associados especificamente a possibilidade de os agentes de transporte nela ingressarem.¹²

Resumindo, o objetivo da Associação é dotar as propriedades da estrutura necessária para o turismo e divulgá-la. O trabalho coletivo da Associação tornaria isto mais fácil.

A Associação tinha, em meados de 2001, vinte e oito associados. Constituíram grupos de trabalho para elaborar roteiros. Dois já estão prontos e existem mais dois em andamento.

Vai ser importante acompanhar a atuação dessa nova associação para verificar se ela é compatível com o desenvolvimento de um turismo sustentável, como é proposto no Plano de Turismo do município. O conceito, como está lá colocado, baseia-se na constatação de que a atividade turística pode danificar ou destruir os recursos dos quais depende, por meio do impacto do número excessivo de visitantes, do desenvolvimento inadequado e dos diversos tipos de poluição que possa vir a provocar. Assim deve-se considerar as ações relacionadas a todos os aspectos sócio-econômicos, políticos, culturais e naturais, visando o aproveitamento harmonioso dos atrativos naturais e culturais e, simultaneamente, proteger sua autenticidade, originalidade e atratividade para as gerações futuras.

¹² Em seu Artigo 5 estabelece que podem ingressar na Associação os proprietários rurais, parceiros, agentes de transportes, ou ainda outras pessoas do segmento de turismo rural que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta diversidade de associações leva-nos a refletir sobre o panorama mais recente do associativismo na agricultura.

Em primeiro lugar, fica clara a convivência, já detectada no trabalho de doutorado, entre as velhas e novas formas de corporativismo. O corporativismo estatal permanece, ao mesmo tempo em que surgem outras associações não mais atreladas ao Estado, mas originadas na própria sociedade civil. Mais que isto, não é incomum que o próprio poder público estimule o aparecimento de associações que posteriormente ficarão a cargo da sociedade civil.

Em segundo lugar, as mudanças no mundo rural fazem com que as associações de produtores deixem de ser as únicas a determinar o uso do seu espaço, seu destino e regulamentação. A presença de um novo rural significa que outros grupos passam a ter direito de ocupá-lo.

Em outras palavras, na busca por um novo sistema de regulação para a agricultura e o meio rural, surge a influência de novos grupos de interesse (associação de consumidores, movimentos ecológicos etc.) que trazem, implícita ou explicitamente, uma outra concepção de agricultura e do mundo rural, que considera outras funções para estes, distintas daquelas tradicionalmente ligadas à produção de alimentos (Balcadi, 2000, p. 18-19). Isto significa que os agricultores deverão ter uma participação efetiva nas mudanças que vêm ocorrendo no mundo rural ou perderão espaço para os novos agentes que cada vez mais entram em cena.

De alguma maneira isso significa superar aquilo que tem sido denominado de síndrome da marginalidade, segundo a qual os proprietários rurais, independentemente de tamanho, subordinariam a diversidade de seus interesses particulares constituiriam uma identidade coletiva a partir de um hipotético interesse comum do mundo rural frente aos agentes externos (intermediários, indústrias, comerciantes, grupos ambientalistas etc.). Assim, não só existe uma grande oposição entre o rural e o urbano, mas também os grupos considerados externos à agricultura são considerados responsáveis pelos males que a afetam.

Em outras palavras, um novo associativismo só será viável na medida em que se rompa essa visão dual entre os interesses da agricultura e dos demais setores sociais. Só será possível, enfim, se for eliminado definitivamente o velho particularismo rural e agrarista, sem que isto signifique obviamente a perda total da especificidade de seus interesses.

A diversidade de associações detectada em Vinhedo leva-nos ainda a refletir sobre a multifuncionalidade da agricultura anteriormente mencionada. A agricultura é hoje, convém lembrar, mais que a produção de alimentos, fibras ou energia. Exige-se dela não somente a produção de alimentos baratos e em abundância mas, ao mesmo tempo, que leve em conta o meio ambiente, a preservação da paisagem rural e dos animais de criação e se preocupe com a saúde dos consumidores. Esta diversidade de funções acaba por estimular o aparecimento de um conjunto igualmente diversificado de associações.

A idéia de multifuncionalidade da agricultura significa, enfim, que esta passa a ter como objetivo reverter a migração rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, melhorar a qualidade do meio ambiente rural e responder ao crescente desejo de alimentos de melhor qualidade, mais saudáveis e seguros, e também de desenvolvimento rural e de lazer. Mais que isto, esses objetivos levam a **um movimento social importante de associações locais** e à significativa rede de valorização de produtos e atributos regionais, como também ao esforço recente em torno da própria definição do que significa meio rural (Abramovay, 1999, p. 9) (grifo nosso).

A diversidade de associações leva-nos ainda a pensar no conceito de capital social e mais especificamente se uma quantidade cada vez maior de capital social seria necessariamente benéfica para o desenvolvimento.

O conceito de capital social ganha ênfase nos anos 90, quando, ao capital físico (tecnologia) e capital humano (uma população com boas condições de saúde e educação etc.), alguns sociólogos e cientistas políticos¹³ acrescentam um terceiro tipo de capital: o “capital social”. Capital social refere-se às normas e redes sociais existentes em uma comunidade, que são importantes para o desenvolvimento econômico porque favorecem o desenvolvimento de ações coletivas em benefício da própria comunidade. Diz respeito à informação, confiança e normas de reciprocidade herdadas numa rede de relações sociais.

Na sua utilização contemporânea pode-se dizer que “capital social é a soma de recursos, reais ou virtuais, que cabe a um indivíduo ou grupo em virtude de possuir uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de familiaridade e reconhecimento” (Woolcock, 1998, p. 4). Trata-se, enfim, de um termo amplo, abrangendo as normas e redes facilitando a ação coletiva para benefício mútuo. Capital social diz respeito a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Abramovay, 2000, p. 3).

Sem entrar na influência dos clássicos que o conceito certamente tem ou nas suas debilidades¹⁴ – o próprio fato de ser utilizado a partir de diferentes tradições sociológicas traz o risco de tentar explicar coisas muito diversas – é interessante resgatar o que o conceito traz de novo no que diz respeito às relações Estado-sociedade civil que nos interessam mais de perto.

Neste sentido, a polêmica tem se situado basicamente em torno de duas posições. Uma primeira, tradicionalmente chamada de “soma zero”, que considera que o Estado tem que desaparecer para que outras instituições surjam. Ou seja, considera necessário dismantelar o Estado do Bem-estar e substituí-lo por uma rede ampla de associações voluntárias. Elas é que gerariam capital social.

¹³ Eduardo M. Estrada inclui alguns economistas, formando um conjunto de profissionais que trabalham no campo da “nova sociologia econômica”, que tentam situar-se numa posição intermediária combinando enfoques macro e micro sociológicos para explicar o comportamento político dos indivíduos (Estrada, 2000, p. 2).

¹⁴ Estrada (2000) faz uma exposição detalhada destas debilidades em seu artigo.

Em uma outra posição estão aqueles que consideram que o Estado pode promover ativamente o entorno adequado para que uma sociedade viva e dinâmica possa florescer. O Estado, opinam, pode contribuir para a criação de capital social. Isto, aliás, é importante à medida que a existência de uma sociedade civil altamente participativa pode não só contribuir para fiscalizar e equilibrar a ação dos governos, se não prover os cidadãos dos instrumentos organizacionais necessários para tomar decisões eficientes a partir de um alto nível de informação (Estrada, 2000, p. 3-4).

De qualquer maneira, parece importante centrarmo-nos nas condições que apoiam uma complementaridade e cooperação efetivas entre o Estado e a sociedade civil e, de maneira mais geral, entre os setores público e privado. Isto nos ajuda a forjar uma via intermediária, ou seja, nos ajudaria a perceber que o Estado, o mercado e a sociedade civil como produtos de um entorno institucional e cultural historicamente dado, mas também como fatores que contribuem para a criação do referido entorno (Estrada, 2000, p. 14). Trata-se, enfim, de um esforço para se pensar alternativas entre os modelos fortemente estatizantes e as doutrinas simplistas do livre mercado.

Um outro ponto interessante para se pensar a realidade específica de Vinhedo e a diversidade de associações é que as abordagens mais recentes relacionadas ao conceito de capital social têm questionado a idéia de que uma alta densidade associativa seja sempre um elemento positivo. Exemplos de situações detectadas em que o capital social adquire uma dimensão negativa são: a) a rede associativa é formada “por associações e instituições esclerosadas que, ao colocar uma defesa reiterada de seus interesses próprios, carecem de horizontes amplos e inibem a ação individual, impedindo os indivíduos de integrar-se a redes sociais mais amplas, convertendo-se em fatores que dificultam o desenvolvimento econômico e a mudança social; b) o sentimento de confiança mútua estende-se somente aos membros da família ou aos parentes mais próximos, ressaltando apenas as lealdades étnicas e familiares dos indivíduos, não incentivando a mobilidade social e as relações extra-grupais (Estrada, 2000, p. 4 e 10).

Nesse sentido, será importante acompanharmos a atuação das três associações recém formadas para verificarmos em que medida elas estão significando um acréscimo de capital social no seu aspecto positivo, ou seja, como o capital social está sendo considerado numa dimensão qualitativa. É preciso acompanhar o desenvolvimento destas associações para verificarmos em que medida seu maior número realmente significou um aumento de capital social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia*. S.l.: s.ed. 2000. mimeo

BALCADI, Valentim Otávio. *Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Agricultura e capitalismo na Europa do Sul*. In: SHIKI, S. et al (Orgs.) *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: s.ed., 1977.

CAMPANHOLA, C., SILVA, J. Graziano da. O novo rural: uma análise nacional e regional. *EMBRAPA/UNICAMP*, v. 1, 2000.

CARDOSO, Alessandra. Dicotomia rural-urbano, economia local e pluriatividade: em busca de um espaço para o rural. *Economia Ensaios* (Uberlândia), v. 12, n. 2/v. 13, n. 1, p. 27-74, jul./dez. 1998.

CARNEIRO, M. J. et al. *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, s.d.

CARNEIRO, M. José Teixeira. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. Teixeira da et al (Orgs.) *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARNEIRO, M. José Teixeira. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura* (Rio de Janeiro), n. 11, out. 1998.

_____. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2, 2001, Campinas. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

COSTA, Vanda Ribeiro. Origens do corporativismo brasileiro. In: BOSCHI, Renato R. (Org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991.

DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, s.d.

ESTRADA, E. Moyano (Coord.). Ideologias y estrategias de acción colectiva en el sindicalismo agrario. *Revista Valenciana D'Estudis Autonomics*, n. 14, out. 1992. Separata.

_____. *Master en dirección en empresas agrarias, modulo: organizaciones profesionales agrarias*. Córdoba: Departamento de Economía y Sociología Agrarias/Universidad de Córdoba, s.d

_____. *Las organizaciones profesionales agrarias in la CEE*. Madrid: Ministério de Agricultura Pesca y Alimentación, 1993.

_____. *Sobre el concepto de capital social e su utilidad para el analisis del los procesos de desarrollo*. Córdoba: IESA, 2000. mimeo.

FULLER, A. M. From part time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies* (London), v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

GÓMEZ, Sérgio. *Novedades en la agricultura chilena, nuevos actores sociales y escenarios: negociaciones y conrontciones*. Santiago do Chile: s.ed. 1997. mimeo

GORDILLO DE ANDA. Grandes emoções e pensamentos imperfeitos: agricultura familiar e segurança alimentar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2001, Brasília.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOSADA, H. et al. Urban agriculture in the metropolitan zone of Mexico City: changes over time in urban, suburban and peri-urban areas. *Environment and Urbanization* (México), v. 10, n. 2, p. 38-54, oct. 1998.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10, 2000, Rio de Janeiro.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural brasileiro: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

ORTEGA, A. César. *A relação rural-urbana na nova forma de governança estabelecida pelos comitês de bacias hidrográficas: o caso do rio Paranaíba*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988. mimeo

PIRES, André. *Identidade e agricultura familiar: repensando as identidades frente às recentes transformações do espaço rural paulista através do estudo de caso no município de Vinhedo, estado de São Paulo*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1999. Projeto de doutorado em Ciências Sociais.

_____. *Relatório científico de bolsa de doutoramento*. Campinas: FAPESP / IFCH- UNICAMP, 2001.

SARACENO, Elena. A experiência europeia de desenvolvimento rural e sua utilidade para o contexto latino-americano. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2001, Brasília.

SCHMITTER, P. C. Sectors in modern capitalism: modes of governance and variations in performance. In: BRANETTE, R., ARROUGA, C. S. (Eds.) *Labour relations and economic performance*. London: Macmillan Press, 1990.

SCHNEIDER, Sérgio. Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2, 2001, Campinas. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

_____. A agricultura familiar em uma época de transformações sociais: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10, 2000, Rio de Janeiro.

SILVA, J. Graziano da. El desarrollo local en contextos de globalización: una reflexión desde la experiencia brasileña. *Revista Internacional de Sociología*, terceira época, p. 171-187, sep./dic. 2000.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia / UNICAMP, 1996.

_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2, 2001, Campinas. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

SOUZA, Marcelino de. *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitenta e noventa. *O Novo Rural Brasileiro* (Campinas), v. 3, 2000.

TOLEDO, P. E. Nascimento de loteamento rural: problemas e possibilidades. *Preços Agrícolas*, v. 14, n. 168, out./nov. 2000.

VEIGA, José Eli. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.

VEIGA, José Eli et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. São Paulo: Nead, 2001. (Textos para Discussão, 1). Disponível em: www.nead.gov.br.

WANDERLEY, M. Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil Moderno. In: XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, 1997, Caxambu.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, out. 2000b.

_____. A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10, 2000a, Rio de Janeiro.

WOOLCOCK, Michael. *Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework*. *Theory and Society*, n. 27, p. 151-208, mar. 1998.

YRUELA E GINER. *El corporatismo en España*. Madrid: d. Ariel, 1989.

Abstract: *The article deals with changes in “rural world” in Vinhedo, São Paulo. Besides farms and country houses of all kinds, some are now turning to tourism activities. The rural space is clearly being transformed in a residence place for the owners, their employees, families and people coming from larger cities nearby, mainly São Paulo. This means that the associativism also changes, as new actors occupy this space. Besides being revitalized, the rural world has now conflicts among their several collective actors particularly in matters like consumption x production, economic efficiency x ambient preservation, space for production x space for leisure etc.*

Keywords: *associativism, new rural, neocorporatism.*